

Geopolítica e Inserção do Brasil na Questão Energética Internacional

João Eduardo de Alves Pereira¹

Resumo

O presente artigo faz uma rápida análise de fatores de natureza geopolítica que intervmem no funcionamento e estabilidade dos mercados de petróleo, gás natural e biocombustíveis, nesta primeira década do século XXI.

Palavras-chave: Geopolítica. Energia

Abstract

This article is a quick analysis of geopolitical factors involved in the functioning and stability of oil markets, natural gas and biofuels, in this first decade of the twenty-first century.

Keywords: Geopolitics. Energy

Introdução

Para o Brasil, que, com a nova redação do art. 177 trazida pela Emenda Constitucional 09/95 e a edição da lei 9478/97, flexibilizou o monopólio estatal sobre os setores de pesquisa, lavra, transporte e refino de petróleo e gás natural, é importante o acompanhamento do cenário internacional, sobretudo quanto à questão da segurança energética mundial, para que se formulem estratégias eficientes à atração dos investimentos necessários ao alcance de uma sustentável situação de auto-suficiência.

Na verdade, a realização desses investimentos poderá levar o país além, ou seja, à condição de fornecedor de petróleo e gás natural para os mercados de energia sul-americano e mundial. Isso parece se comprovar com a recente descoberta do mega-campo de Tupi, com cerca de seis bilhões de barris, na Bacia de Santos. Especula-se que o enorme potencial produtivo dessa província geológica levará a uma mudança considerável da posição ocupada pelo país na economia globalizada e em sua inserção geopolítica mundial. Novos desafios, portanto, parecem se colocar à política externa brasileira, cujas bases se assentam, a propósito, na defesa da cooperação e da paz entre as nações.

Ocorre, contudo, que as vantagens competitivas do setor de petróleo e gás natural brasileiro têm fortes relações com o potencial de ocorrência de conflitos políticos e tensões diplomático-militares, sobretudo, naqueles países em que se verificam as maiores reservas mundiais e/ou os menores custos de prospecção, conforme os do Golfo Pérsico. Há ainda a percepção do risco de mudanças drásticas das regras e marcos regulatórios em outras regiões produtoras. Ou seja, sustenta-se aqui que a instabilidade política e regulatória em regiões concorrentes tende a elevar a importância estratégica da exploração em áreas alternativas, a exemplo da costa ocidental do Atlântico Sul. Nesse contexto, os custos ope-

167

¹ Doutor em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ. Professor do Curso de Direito da F.A.A de Valença (RJ) e do Depto. de Disciplinas Básicas da Faculdade de Direito da UERJ.

racionalis mais elevados de exploração em águas profundas brasileiras se reduzem, assim, em termos relativos. Não há, pelo menos até a presente conjuntura, tensões maiores no Atlântico Sul - embora a Marinha dos EUA pareça ter avaliado recentemente como necessário mostrar-se presente nesse contexto estratégico com a reativação de sua IV Frota.

Por se tratar de um artigo breve, a análise dos fatores e riscos geopolíticos à indústria internacional de petróleo e gás natural será feita em apenas uma seção. Após, serão apresentadas as conclusões.

Segurança energética e geopolítica do petróleo e gás natural neste início de século

Energia significa poder e riqueza, porque possibilita o crescimento dos níveis de produtividade social. O conhecimento de fontes energéticas e de suas aplicações foi uma fator decisivo para o desenvolvimento da civilização. Rifkin (2004) entende que os ciclos de formação, apogeu e decadência de diversas civilizações ao longo da história estão relacionados diretamente com as respectivas capacidades em garantir o abastecimento regular de suas demandas energéticas.

Como ilustração, cita-se Roma que, assim como outras civilizações da Antiguidade Clássica, obtinha energia no trabalho dos bárbaros feitos escravos, após serem derrotados nas batalhas e guerras que fizeram o esplendor daquele grande império. Entre os fatores que levaram a sua desintegração no início da Era Cristã, aponta-se justamente a redução do uso do trabalho escravo, em virtude: da incapacidade de conquistar e/ou manter territórios (cada vez mais distantes); e, a extensão da cidadania a populações não-latinas.

168

Com relação à Idade Média, Rifkin (2004) sustenta que as florestas temperadas eram a base energética do sistema feudal. A partir do século XI, o feudalismo na Europa Ocidental entraria em um longo processo de decadência, culminado na ascensão do sistema capitalista no século XVIII. Novamente, haveria na base energética uma das explicações: não se encontrava madeira no volume necessário ao atendimento da demanda. Na Europa Centro-Oriental, em contrapartida, não houve a destruição das reservas florestais na mesma proporção que no oeste do continente. Talvez, isso tenha sido um fator fundamental, para que o sistema econômico feudal no Leste Europeu viesse a se manter por mais tempo. Na Rússia, aliás, verificavam-se práticas feudais ainda na primeira década do século XX.

As ricas jazidas de carvão mineral e a tecnologia do vapor levaram a Grã-Bretanha - e depois outros países da Europa Ocidental - à invenção da máquina, à I Revolução Industrial (1760- 1860). O grande volume e a alta qualidade do carvão mineral inglês representavam a disponibilidade de energia durante todo o ano, ao contrário de fontes tradicionalmente utilizadas como os cursos d'água e os ventos. Os regimes fluviais variam segundo as estações, sendo que no inverno podem congelar. Ventos podem ser excessivamente fortes ou fracos. O incremento de produtividade com o advento da indústria foi, portanto, revolucionário, levando ao fim das práticas mercantilistas e à ascensão da economia de mercado. Além disso, a maior produtividade fez a confirmação da Europa Ocidental como o centro político-militar e econômico do mundo.

O mundo do carvão mineral, contudo, assistiria a partir da II Revolução Industrial (1860-1960/70) à emergência do petróleo como fonte energética principal. Não que as reservas mundiais do primeiro se exaurissem. É que o último demonstrou ser mais eficiente e flexível em suas utilizações, desde que os norte-americanos tiveram êxito em perfurar o primeiro poço de petróleo economicamente viável em 1859, em

Titusville, Pensilvânia. O querosene para iluminação, a gasolina nos motores dos automóveis de Henry Ford (1863-1947) e os óleos combustíveis e diesel - como substitutos das caldeiras a vapor dos navios - fizeram com que o setor de petróleo e de gás natural se transformasse na maior indústria de todo o século XX. Nas economias dos EUA e em algumas da União Européia, a propósito, a participação do setor se aproximava dos 20% do PIB ao final da década de 1990 (Economides e Oligney, 2000).

Sendo os inventores da indústria do petróleo e do gás natural e os detentores das maiores reservas conhecidas e volumes de produção e exportação até os anos 1950, os EUA não coincidentemente já haviam se posicionado como a maior economia do mundo, mesmo antes do conflito de 1914-1918. Também os soviéticos eram ricos (aliás, bastante ricos) em jazidas de hidrocarbonetos, o que contribuiu para que vencessem a Alemanha de Hitler. Em suma, as duas superpotências vencedoras da II Guerra Mundial tinham soberania sobre jazidas de grande porte e/ou controlavam acessos àquelas localizadas em outros territórios. Economides e Oligney (2000, p.63), a esse respeito, trazem o relato de Nikholai K. Baibakov - o “fundador” da indústria do petróleo e do gás soviético ao tempo de Josef Stalin (1879-1953):

“In 1942, Stalin was told of what Hitler said: ‘We will get the oil from the North Caucasus or victory will escape us.’ On July 1, Stalin summoned Baibakov and minced no words: ‘You will go to the Caucasus and destroy the oil industry. If you leave for Hitler even one ton of oil, we shall shoot you. If Hitler does not enter the Caucasus, but in meantime you have destroyed the oil industry, we shall also shoot you.’ Baibakov told Stalin, ‘You leave me no choice.’, to which Stalin answered, ‘Think what to do.’ Baibakov assembled a team and began methodically destroying wells, starting first with poor-producing wells and, while watching the German military advance, progressively getting to better wells. The best wells were blown up just before the German troops arrived at the giant reservoirs in Grosny and Maikop. Hitler’s army, without fuel and under constant harassment by the red Army, never went behind the main Caucasus. Baku was safe.”

169

Contrariando à importância geopolítica do próprio relato que trouxeram de Baibakov, Economides e Oligney (2000), a exemplo de outros arautos da grande indústria norte-americana de petróleo e de gás natural (o “big oil”), defendem que a presença do Estado no setor traz graves problemas às próprias sociedades. As leis de mercado bastariam para manter o setor em equilíbrio, o que pressuporia que o preço justo será sempre o preço de mercado. Racionamentos, tabelamentos ou congelamentos de preços, regulamentações, cotas de produção interna e etc. desestimulariam os produtores, provocando quedas no volume ofertado - e, assim, elevações de preços ao consumidor final. Nesse contexto, petroleiras estatais (fundadas no Terceiro Mundo a partir do exemplo pioneiro da PEMEX em 1938) deveriam ser privatizadas em nome da eficiência inerente aos negócios dessa indústria. E até a regulação antitruste deveria ser branda, embora o setor seja marcado por óbvias barreiras à entrada de novos concorrentes. Fusões e incorporações ampliariam, contudo, a capacidade de investimento em novas e caríssimas tecnologias entre as empresas participantes da cadeia produtiva.

Cabe, todavia, aceitar como válido um argumento da crítica de Economides e Oligney (2000) à ação do Estado: a instabilidade do ambiente político e a eventualidade de constantes mudanças nas legislações fiscais e trabalhistas podem inviabilizar projetos já implantados ou em vias de implantação ou expansão. Negócios de petróleo e gás natural são de longa maturação. Ilustram o fato as instáveis condições de operação impostas à Petrobrás na Bolívia pelo governo do Presidente Evo Morales, desde a sua assunção em 2006.

Mas, poderia o Estado ficar alheio a essa indústria que tem uma cadeia produtiva bastante diversificada e uma grande capacidade de geração de empregos e impostos? Quando os preços sobem e a oferta de combustíveis e outros derivados de petróleo e gás natural (que são típicos bens de consumo inelástico) se torna escassa e/ou instável, não é ao Estado que a opinião pública exige a tomada de medidas e soluções, inclusive a de manter estoques estratégicos ou reguladores? E quando há acidentes ecológicos não cabe ao Poder Público socializar a recuperação do meio ambiente e financiar outros custos intangíveis?

Em outros termos, o setor de petróleo e gás natural tem inegável significado econômico e geopolítico, significado esse que fica mais claro nos momentos em que a oferta mundial é inelástica, ou seja, em que não se eleva na mesma proporção do crescimento da demanda. Ou ainda quando produtores reduzem orquestradamente a oferta mundial, a exemplo do que ocorreu no I Choque do Petróleo de 1973. Todavia, quando há abundância, ouvem-se as vozes do mercado afirmar que as leis deste bastam para o funcionamento do setor e que o caráter geopolítico deve ser negado, mesmo se o noticiário internacional mostre com clareza o contrário.

Foi o que aconteceu entre meados da década de 1980 os anos de 1998/99. A entrada em produção, a partir do final dos anos 1970, de novos campos petrolíferos e de gás natural em águas profundas no Mar do Norte, no Golfo do México e nos litorais oriental e ocidental da América do Sul e da África, respectivamente, elevou a oferta internacional sobremaneira, reduzindo os preços que tiveram picos em 1973 (de Us\$ 3,00 para Us\$ 12,00) e em 1979 (de Us\$ 17,00 para Us\$ 34,00). Regulamentações de fato excessivas do mercado de gás natural foram removidas nos EUA (o maior consumidor mundial), assim como novas tecnologias para sua armazenagem ampliaram o seu potencial de utilização. A maior eficiência no uso de combustíveis e outros derivados, associada ao desenvolvimento mesmo incipiente de fontes alternativas, também colaboraria para um quadro de abundância. Em 1986, o barril de óleo era então negociado a Us\$10,00. Com isso, decaiu o percentual do mercado abastecido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em relação à produção de não-membros. A importância estratégica daquela organização parecia não mais causar receio ao Ocidente, conforme ocorrera nos dois choques dos anos 1970 (Economides e Oligney, 2000).

Naquela época tudo parecia confirmar que a matriz energética mundial se livrara do intervencionismo estatal e das formulações estratégicas e geopolíticas. As bolsas de “commodities” e de futuros passaram a negociar contratos de curto prazo para entrega de petróleo e gás natural, substituindo de vez os tradicionais contratos de longos prazos entre produtores e consumidores. Dependentes da importação de tecnologias e assistência técnica, as empresas estatais de países do Terceiro Mundo tiveram de buscar parcerias com as grandes corporações transnacionais, abrindo muitas vezes seus capitais a investidores estrangeiros. Dificuldades financeiras dos respectivos tesouros nacionais – derivadas da própria queda dos preços do barril na década de 1980 – levariam petrolíferas estatais - a exemplo da mexicana PEMEX em 1982 - a lançar títulos no mercado financeiro internacional (os “petrobonds”), ou seja, a tomada de decisões naquelas empresas passou a estar condicionada às avaliações do mercado financeiro. Por fim, a difusão do paradigma neoliberal, por sua vez, influenciaria a decisão de alguns governos em privatizar suas estatais ou flexibilizar as legislações pertinentes, a exemplo do fim da exclusividade da Petrobrás na execução do monopólio estatal, segundo a nova lei brasileira de petróleo e gás natural (lei 9478/97).

Na realidade, dois fatores geopolíticos foram de fundamental relevância para o crescimento da oferta de óleo e gás no mercado internacional e a crise por excesso de demanda e baixas cotações de 1986:

- a- o primeiro se refere à Guerra Fria. Caso as cotações do barril se mantivessem em alta (em decorrência de uma eventual propagação no mundo árabe-muçulmano da revolução islâmica preconizada pela teocracia iraniana), a URSS, exportadora de petróleo ao Ocidente via mercado “spot” (à vista), teria obtido recursos suficientes, talvez, para que a “glasnost” e a “perestroika” de Mikhail Gorbachev evitassem a desintegração daquela superpotência. Era preciso derrubar as cotações dos anos 1970. Para isso, a Arábia Saudita (com 25% das reservas mundiais de petróleo e 4,1% de gás natural) deveria colocar uma produção crescente nos mercados internacionais, pondo em xeque a política de cotas e a própria unidade da OPEP;
- b- o segundo se relaciona ao acirramento das tensões e conflitos diversos no mundo árabe-muçulmano. Um desses eventos era a disputa pela condição de potência regional principal que resultaria em grandes aquisições de armamentos ou no desenvolvimento de caros programas de produção de armas, inclusive, químicas, biológicas e nucleares. Armamentismo, revoluções e guerras (a maior delas entre Iraque e Irã, de 1980 a 1988) acabariam por erodir as finanças de países importantes da OPEP e por endividá-los. O colapso não foi outro senão o da maior oferta de óleo e o não-cumprimento das respectivas cotas de produção.

Se por um lado as tensões entre países membros da OPEP e em especial os do Oriente Médio traziam uma maior oferta internacional de petróleo, por outro lado implicavam riscos à estabilidade econômica das grandes potências nos anos 1980. Os EUA, que haviam substituído os britânicos a partir da Crise de Suez (1957) no papel de provedores da segurança regional, ampliaram ainda mais sua presença militar no Golfo Pérsico, embora já houvessem reduzido a importância relativa das importações de óleo cru do Oriente Médio em sua matriz energética. Sobre isso, escreveu Armitage (2002, p.5):

“In face of a deteriorating strategic outlook, the United States’ imperative to preserve access to the world’s main oil supply became an explicit declaratory policy. President Jimmy Carter announced that access to the world’s main crude oil supply was a ‘vital interest’ of the United States, and he vowed that the United States would repel efforts ‘by any outside force to gain control of the Persian Gulf region.’ Thereafter, this policy was known as the Carter Doctrine (...) Throughout the 1980’s, the task of promoting stability and maintaining positive influence in the Middle East was daunting for the United States, as Arab-Israeli, Arab-Arab, and inter-Islamic tensions of a political, social, and religious nature polarized and unsettled the peoples and governments of the area. The Gulf itself was consumed with the Iraq-Iran war. Maryland’s respected internationalist, Senator Charles McC. Mathias Jr., writing in Foreign policy in 1986 (...) pleaded the case for continued American engagement in the Middle East as follows: The U.S. need for Persian Gulf oil may be less today than a decade ago, but does anyone want to gamble that this will be true in the 1990’s? Even if American needs remain low, America’s closest allies are likely to remain dependent. Japan today imports 60 percent, Western Europe, 20 to 25 percent, and the United States has agreed to share petroleum in the event of a shortage.”

Armitage (2002) afirma que ao longo da década de 1990, excluindo-se as operações de patrulha das águas internacionais do Golfo Pérsico e ao evento de grande envergadura que foi a Guerra do Golfo (1991), os estrategistas norte-americanos, agora, no governo

de Bill Clinton (1993-2001) efetivaram uma redução dos gastos militares na região: havia abundância de petróleo no mercado internacional. Em contrapartida, centralizaram sua ação na aplicação de sanções (61 no total), decididas com ou sem aprovação do Conselho de Segurança da ONU, a governos considerados hostis no mundo árabe-muçulmano. Em outras situações, bombardeios “cirúrgicos” eram realizados (no Iraque, por exemplo), o que não deixava dúvidas quanto à manutenção de sua presença militar na região. Além disso, os então promissores avanços no processo de paz entre israelenses e palestinos faziam crer numa relativa redução das tensões no Oriente Médio.

Para Armitage (2002), ocorreu, contudo, que a aplicação de sanções a países produtores, como o Iraque e a Líbia, resultaria numa redução significativa na oferta internacional de petróleo, numa conjuntura internacional marcada, entre outros fatores, pela:

- a - ocorrência de forte crescimento da demanda de combustíveis nos EUA, em decorrência do incremento do produto interno nos oito anos do governo Clinton - a “exuberância irracional” de que falava à época o Presidente do Banco Central daquele país (FED), Alan Greenspan. A “exuberância” norte-americana sustentaria o crescimento econômico em outras partes do mundo, o que fez com que a demanda internacional por petróleo se elevasse à média de 2,0% ao ano.
- b - extraordinária taxa acumulada de crescimento econômico desde os anos 1980 na Ásia, especialmente, na China e na Índia – países, aliás, não-diretamente afetados pela crise de 1998. Apesar da crise, a demanda por óleo no continente chegaria a 1,8% ao ano na década de 1990. No caso chinês, de exportadores de petróleo até 1992, converteram-se rapidamente em grandes importadores, inclusive, de gás natural - apesar da ampliação significativa do consumo de carvão mineral;
- c - ampliação da dinâmica de transformação do mercado de petróleo e gás natural num mercado de “commodities”. Trata-se de um mercado “on-line”, aonde a rapidez de obtenção de dados e informações é preciosa à tomada de decisão pelos seus agentes (“brokers”, “traders”, arbitradores e especuladores). No “e-commerce” norte-americano, os negócios diários de gás natural alcançavam a 25% do total, em 1999. Embora as operações de “hedging” tragam certa segurança a produtores, refinadores e grandes consumidores (como as empresas de aviação aérea) num ambiente em que são raros os contratos de abastecimento de petróleo e derivados de longo prazo, a instabilidade inerente aos mercados financeiros passou a estar presente no setor energético. As elevadas cotações verificadas até julho de 2008 (cerca de US\$ 140,00 o barril) foram mais uma decorrência do nível de especulação nas bolsas de Nova Iorque (Nymex), Londres (IPE) e Cingapura (Simex) do que o resultado de fortes desequilíbrios entre oferta e demanda internacionais;
- d - desvalorização do dólar norte-americano frente ao euro. Para os países produtores e exportadores de petróleo, membros ou não da OPEP, seria economicamente interessante ter como base de suas operações uma unidade monetária com maior capacidade de manter ou reservar valor que o dólar norte-americano. Se politicamente o uso do euro não for viável, em função da reação norte-americana a essa mudança, a solução, assim como em 1973, seria a de elevar as cotações do petróleo e do gás natural em dólar norte-americano. Ou seja, há uma tendência à elevação de preços para compensar o enfraquecimento da moeda nacional norte-americana;
- e - elevação da competição no setor, como resultado de processos de desregulamentação, privatização de companhias estatais, alianças e fusões entre grandes

- empresas de atuação transnacional. No tocante à privatização, registramos que a instabilidade própria da atividade empresarial saiu da esfera relativamente protegida dos tesouros nacionais, passando aos novos controladores;
- f - introdução de novas tecnologias, inclusive em setores de informação, tanto no “up” quanto no “down stream”, incorporando novos atores a esse mercado;
 - g - incorporação de maiores taxas de risco e de custos de produção, em virtude de legislações ambientais recentes que seguem novos padrões de consumo e decorrem da ação política de atores da sociedade civil internacional, a exemplo de movimentos como o “Greenpeace”;
 - h - perspectiva de elevação nos próximos anos da importância relativa da produção da OPEP, em virtude dos campos de petróleo das novas regiões produtoras dos anos 1980, a exemplo do Mar do Norte, estarem próximos do seu ápice ou mesmo já terem ultrapassado esse ponto. No Mar do Norte, aliás, o provedor de mais de 50% da elevação da demanda do Ocidente nos anos 1980/90, a produção “picou” em 2000. Doravante, o volume de óleo extraído começará a cair e os custos de exploração tendem a se tornar cada vez maiores. Em termos de Brasil, as reservas atuais sem o pré-sal (800 milhões de barris) cobririam cerca de 17 anos de consumo (em níveis presentes). Estima-se que em 2020, a OPEP terá recuperado o percentual de mercado anterior ao I Choque de 1973, qual seja: 60%;
 - i - incorporação de ainda maior complexidade às tensões políticas internas em países da OPEP que podem desestabilizar o mercado, a exemplo da Arábia Saudita, aonde setores da população começaram a questionar a aliança do país com os EUA, após a “Guerra do Golfo”, em 1991. Concepções fundamentalistas do Islã se difundem rapidamente entre os setores mais jovens das populações, bem como um sentimento anti-ocidental (senão, anti-americano). Alguns governos de países membros da OPEP, embora nos bastidores estejam alinhados com interesses do Ocidente e do Japão, têm benefícios políticos com esse ambiente hostil, à medida em que se imputa aos últimos a culpa pelo insucesso de suas estratégias econômicas e sociais. Além da Arábia Saudita, são fundamentais para a estabilidade da OPEP o futuro da teocracia iraniana (8,6% das reservas mundiais), os conflitos religiosos e separatistas da Nigéria (2,3%) e os desdobramentos da República Bolivariana de Hugo Chávez (7,4%);
 - j - crescente instabilidade da política internacional, após os atentados de 11 de Setembro de 2001. Resultam e retro-alimentam a instabilidade internacional a campanha do Afeganistão sob as bençãos da ONU, o unilateralismo na ocupação do Iraque em 2003 e os atos terroristas de separatistas chechenos na Rússia. Cabe destacar que o unilateralismo norte-americano decorreu da adoção pelos neoconservadores de George W. Bush de um novo padrão de afirmação geopolítica baseado na ampliação da já forte presença militar desde o litoral oeste da África do Norte até o Oriente Médio (chamado de “Arco da Crise” por Del Valle, 2003), incorporando agora o Cáucaso e a Ásia Central pós-soviética. A história dirá se o novo governo de Barack Obama terá êxito na concretização do discurso sobre a pacificação entre o Ocidente e o Islã no século XXI (o que depende, por sua vez, do fator geopolítico abaixo);
 - k - desintegração do processo de paz entre o Estado de Israel e a Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Todos esses fatores geopolíticos e geoeconômicos atuais fizeram com que, desde o final dos anos 1990, as cotações do petróleo e do gás natural voltassem a apresentar um comportamento ascendente e instável. Os preços do barril de petróleo atingem picos, superam recordes anteriores, e caem em seguida com certa rapidez. Mas, não retornam a níveis considerados como efetivamente baixos. Mesmo com a eclosão da crise econômica mundial proveniente da insolvência de mercados “sub-prime” no final de 2008, esse padrão se manteve. Na verdade, os preços não caíram a níveis inferiores a US\$ 30,00. Se houvessem, inviabilizariam a produção de campos e poços, cujos custos de prospecção são bem mais altos que os do Oriente Médio ou do Golfo do México. Esses campos e poços se localizam em águas profundas, em áreas de difícil acesso (no Alasca, por exemplo) ou são zonas antigas de produção reativadas ou ampliadas em sua vida útil, em decorrência do desenvolvimento de novas tecnologias de exploração, a exemplo da produção nos estados do centro e do sul dos EUA.

Ou seja, encerrou-se a era do petróleo abundante e EFETIVAMENTE barato. De fato, não pode ser barato, porque isso, ao final, reforçaria a posição da OPEP no mercado internacional de energia, pela exclusão de áreas produtivas de custos mais altos fora do Oriente Médio. Ademais, os lucros extraordinários que as corporações transnacionais e mesmo as estatais de petróleo e gás natural vêm obtendo são fundamentais para o financiamento de projetos estratégicos que lhes permitirão atuar em outros negócios e ramos energéticos a médio e longo prazo.

Em 1999, a título de ilustração, o barril do petróleo WTI (o denominado cru leve americano) negociado na NYMEX subiu de Us\$ 12 para Us\$ 27, ou seja, variou em mais de 100% durante um mesmo ano. Em 2004, as cotações superaram os Us\$ 50 por barril. Em setembro de 2005, ultrapassaram os Us\$ 70, em virtude da passagem de mais de uma dezena de furacões de alta intensidade no Golfo do México e no sul dos EUA, mas não se estabilizaram nesse patamar. Em janeiro de 2006, por pouco, não se regressou aos mesmos Us\$ 70 (US\$ 69,20, mais precisamente), em razão da crise internacional provocada pela decisão – soberana – do Irã em retomar seu programa nuclear, a despeito das restrições das grandes potências com direito de voto e veto no Conselho de Segurança da ONU. Possibilidades de evolução nas negociações diplomáticas, apesar da radical retórica do presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, foram capazes, porém, de fazer o barril recuar para Us\$ 60,00 poucos dias depois. Em 2008, chegou, como já se disse anteriormente, a patamares superiores a US\$ 140,00. Caiu para níveis próximos a US\$ 40,00, sendo que em junho de 2009 voltou a superar o US\$ 70,00, tendo em vista a recomposição de estoques pelo mercado internacional.

Ou seja, o mercado de petróleo e de gás natural tornou-se estruturalmente mais instável do que já era no passado. A palavra no jargão do mercado é volatilidade. Em termos microeconômicos, isto significa que as empresas tendem a trabalhar com estoques pequenos de óleo cru e/ou de derivados, para não incorrerem em fortes prejuízos. A tendência a crises de desabastecimento cresceu, o que obviamente justifica a presença do Estado, inclusive, como proprietário de reservas estratégicas. Nos EUA, elas atingiam a 575 milhões de barris ou 55 dias de consumo, em 1999. Dados atuais do Departamento de Energia dos EUA informam que aquele país planeja em contar, em breve, com cerca de um bilhão de barris a serem estocados em cavernas escavadas em jazidas de sal ao longo da costa do Golfo do México. Já na UE, chegavam a 90 dias de consumo no início desta década (Armitage, 2002).

Como estarão as cotações nos próximos dias, semanas ou meses? Que fatores naturais, econômicos, políticos, culturais e geopolíticos intervêm no setor de petróleo e de gás natural na atualidade? Eis as questões que aparecem todos os dias nos noticiários da grande imprensa internacional e figuram na agenda de estrategistas corporativos e estatais.

A volatilidade estrutural do mercado, a elevação de tensões geopolíticas, a perspectiva de aquecimento global e o consenso entre os geólogos e engenheiros especializados, de que a humanidade consumiu desde 1859 a metade das reservas de petróleo e gás natural legadas pela natureza, não estariam a indicar a premente necessidade de substituição desses recursos fósseis por fontes renováveis? A resposta é obviamente positiva, mas a questão é de prazo (Rifkin, 2004). A curto e médio prazos, salvo fatos ou eventos extraordinários, não há previsão de que se possa obter em outras fontes, já conhecidas, o mesmo quantum energético proveniente da queima de petróleo e gás natural. Verifica-se, contudo, que a matriz energética mundial não teve alterações significativas em seus percentuais, desde o final dos anos 1990 (Economides e Oligney, 2000, p.06):

Consumo Energético Mundial (1999)

*400 quads (quad = um quadrilhão de unidades termais / Inglaterra ou BTU's)
ou 200 milhões de barris/dia*

Petróleo – 40 % (ou 75 milhões de barris/dia)

Gás Natural – 22 %

Carvão Mineral – 24 %

Geração Nuclear – 6 %

Hidreletricidade e Outras Fontes (Renov.) – 8 %

Em 2020, a previsão de consumo mundial do Departamento de Energia dos EUA (DOE) é de 612 quads ou 300 milhões de barris/dia. Em 2010, será de 90 milhões de barris/dia, mas a taxa de exaustão é de 10% ao ano. Isto significa ativar ou reativar 100 milhões de novos barris/dia, o que demandaria investimentos de aproximadamente US\$ 1 trilhão ao longo da década de 2000. Há que se saber, contudo, que desdobramentos a crise financeira internacional terá para a concessão de recursos doravante .

Isso demonstra que a Geopolítica da energia caminha lado a lado com a Geoeconomia da moeda: economias de mercado (industriais ou pós-industriais, não importa) aprofundam a divisão social e espacial da produção e do trabalho. Não podem funcionar de modo eficiente sem as três funções exercidas pela moeda: meio de trocas, denominador comum monetário e reserva de valor. Em deflação, economias nacionais ou mesmo em fase de globalização param! Economias de mercado também não funcionam eficientemente sem a oferta regular de serviços de comunicações e transportes. Com relação aos últimos, cabe frisar que 60% do consumo mundial de petróleo e de gás natural se destinam diariamente à movimentação de cargas e pessoas. Sem transportes, o mundo moderno ou pós-moderno, não importa, pára!

A percepção de insegurança energética cresceu, assim, neste início de século XXI, mas se trata de uma percepção nada homogênea. Os EUA, depois das crises dos anos 1970, diversificaram suas importações. Hoje, sua economia importa cerca da metade do que necessita diariamente. Nesse total, as importações de nações do Golfo Pérsico não perfazem 25%, sendo a maior parte proveniente do México, Canadá, Venezuela, restante da América Latina e Costa Oeste africana. União Européia e Japão, por sua vez, têm níveis mais elevados de dependência a fluxos de óleo do Oriente Médio e/ou da Ásia Central. O mesmo em relação ocorre à Índia e China.

Nesse contexto, Armitage, Bloomfield e Kelly (2002, p.223) afirmam:

“Just as U.S. national security interests will remain linked to the availability and affordability of oil in the Persian/Arabian Gulf for at least the coming decade, the longer-term outlook is for an international environment in which oil may lose much of its strategic importance. The U.S. military services are engaged in elaborate planning and wargaming studies to anticipate the battlefield environment 15-25 years hence. Policy planners need to begin weighing the implications of a world – perhaps not so far into the future – in which oil may no longer be a ‘causis belli’ to the United States or its principal security allies.”

Para os estrategistas norte-americanos, a continuidade da presença de contingentes e bases militares no mundo árabe-muçulmano e de uma frota completa no Golfo Pérsico, a despeito do crescimento do anti-americanismo entre aquelas populações e entre alguns governos da região, permite aos EUA exercer influência decisiva nas economias das demais potências. Os europeus não parecem estar dispostos a arcar com os custos econômicos e em vidas desses gastos em segurança. Isto os mantém numa posição de clientes do poderio norte-americano, o que impede que disputem em igualdade a supremacia nesta nova ordem internacional (Del Valle, 2003).

Na Geopolítica do Extremo Oriente, por sua vez, o Japão, desprovido por força constitucional de uma Armada com poder ofensivo, também continua a ser cliente da presença aeronaval norte-americana. Receiam os japoneses que a Marinha de Guerra da China possa obstruir ou ter o controle das rotas de abastecimento regular de óleo proveniente do Golfo Pérsico e de outras regiões de produção do Sudeste Asiático. A contenção da pirataria no Estreito de Malaca também seria outro fato a justificar a presença naval norte-americana (Armitage, 2002). Agora, soma-se também a segurança das águas internacionais ao longo do litoral da Somália, da Etiópia e da Eritreia (o “Chifre da África”).

Nesse contexto, a incorporação da produção de petróleo e gás natural do Cáucaso e da Ásia Central mostra-se importante ao abastecimento das principais economias mundiais, inclusive à própria economia norte-americana, mesmo sendo a população dessa região majoritariamente islâmica ou em processo de re-islamização, dadas às proibições ao exercício de religiões na antiga URSS. Durante o regime soviético, o planejamento centralizado priorizou investimentos na Sibéria, em detrimento da tradicional produção do Mar Cáspio e do Cáucaso, tendo em vista a maior vulnerabilidade estratégica destes, conforme se verificou durante a II Guerra Mundial. Há muito óleo e gás que não foi explorado, mas poderia ter sido. Numa avaliação otimista, há um volume de óleo na Ásia Central semelhante às jazidas existentes no Iraque, isto é, 110 bilhões de barris. Numa avaliação pessimista, de 55 bilhões de barris, um Mar do Norte (Kleveman, 2003).

Embora os custos médios de produção sejam mais altos (Us\$ 14,00) que no Golfo Pérsico e mesmo nas plataformas “offshore” do litoral ocidental africano (Us\$ 2,00 e Us\$ 4,00, respectivamente), a bacia do Cáspio se mostra interessante para as corporações transnacionais de petróleo e gás natural, porque há possibilidades de que mega-poços e campos de petróleo (a exemplo de Tengiz com 6 bilhões e de Kashagan com 12 bilhões de barris no Casaquistão) sejam encontrados com o uso de tecnologias de produção modernas (como a de “horizontal drilling”) – não disponíveis na era soviética (Armitage, 2000).

A estratégia corporativa pede que uma empresa se antecipe às concorrentes e implante seus projetos, mesmo que num primeiro momento os riscos sejam altos. Para que riscos sejam reduzidos, nada melhor do que a sua socialização, isto é, que o Estado intervenha, investindo e assumindo parte dos riscos. Se há instabilidades políticas, eco-

nômicas e étnicas no mundo no Cáucaso e na Ásia Central, além de um ambiente hostil e xenófobo, a presença militar não poderia representar uma situação de segurança para investidores? Armitage (2002) responde positivamente para o caso norte-americano, o que confirma a tese de Fiori (2004) de associação entre o capital transnacional com sede nos EUA e os rumos da política externa do país: Geoeconomia e Geopolítica andam juntas! Isso foi muito claro entre 2000 e 2008 com George W. Bush. Não me parece crível que com Obama será diferente em essência.

O fato é que a presença de corporações de petróleo e gás natural e de contingentes militares norte-americanos e de outros países do Ocidente no Cáucaso e na Ásia Central intensificaram conflitos e disputas anteriormente existentes. Graças à mídia internacional, a opinião pública em todo o mundo passou a ter acesso a informações sobre a diversidade geográfica, religiosa e étnica dessas regiões, que durante séculos foram conhecidas como Transcaucásia e Turquestão. Neste último, a propósito, se localiza a rota da seda, por onde Marco Polo chegou à China de Gengis Khan no século XIII (Kleveman, 2003).

Meyer (2003) lembra, por sua vez, que os geógrafos árabes na Idade Média denominavam o Cáucaso de “a montanha das línguas”, pois eram ouvidos mais de 70 idiomas no mercado de Tbilisi, capital da Geórgia, além do uso de cinco alfabetos: cirílico, armênio, georgiano, arábico e latino. No Daguestão, eram 11 as línguas oficiais e 14 os grupos étnicos numa população de cerca de 2 milhões de habitantes que ocupa território de 50.300 km² – pouco maior que o Estado do Rio de Janeiro com 43.305 km².

Graças também à mídia, difundem-se rapidamente os efeitos de ações terroristas, a exemplo do atentado de setembro de 2004 que provocou a morte de centenas de pessoas inocentes numa escola da cidade de Beslan, na Ossétia do Norte. Esse atentado envolveu a disputa entre o governo russo e separatistas chechenos no norte do Cáucaso. Trata-se de um conflito, cujas consequências têm inequívoco potencial de desestabilização do sistema político e da economia internacionais, porque o objetivo maior do terrorismo checheno, na visão do ex-líder M. Gorbachev, não seria apenas a independência dessa república em relação à Rússia, e sim a fundação de um Estado islâmico, reunindo populações muçulmanas de outras regiões do norte do Cáucaso, como: daguestanis, abkházios, ingushes, cherkéssios-kabardinios.

Um novo Estado islâmico na Ásia Central significaria uma alteração relevante no que alguns analistas internacionais chamam de o “Novo Grande Jogo”, ou seja, a disputa por influência na Ásia Central pós-soviética. Os participantes do “Novo Grande Jogo” seriam a Rússia (que reclama naturalmente a herança imperial da extinta URSS), a China, os EUA e países europeus, a exemplo da Grã-Bretanha. As potências regionais envolvidas diretamente seriam a Turquia, o Irã, a Paquistão e a Índia. Compõem ainda esse campo de forças: empresas transnacionais; organizações não-governamentais; movimentos fundamentalistas; e, redes do narcotráfico e do terrorismo internacionais.

O “Novo Grande Jogo” seria uma versão ainda mais complexa daquilo que Joseph Rudyard Kipling (1865-1936), o primeiro escritor britânico agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, em 1907, denominou de o “Grande Jogo” entre os imperialismos russo e inglês pelo controle na Ásia Central ao longo do século XIX. Sobre o “Grande Jogo”, afirmou o Vice-Rei da Índia Britânica, Lord George Nathaniel Curzon (1859-1925), em 1898 (Kleveman, 2003, p.03):

“Turkestan, Afghanistan, Transcapia, Persia - to many these names breathe only a sense of utter remoteness or a memory of strange vicissitudes and of moribund romance. To me, I confess, they are the pieces on a chessboard upon which is being played or a game for the domination of the world.”

Algumas questões estratégicas atuais tiveram sua origem justamente no “Grande Jogo”, a exemplo da ocorrência de conflitos violentos no Afeganistão e nas montanhas do Cáucaso. A instabilidade política nesses territórios, a propósito, já estava relacionada às suas respectivas posições estratégicas na circulação de mercadorias e contingentes militares entre o interior da Ásia e portos no Oceano Índico e no Mar Negro (Kleveman, 2003; e, Meyer, 2003).

Com referência ao Afeganistão, cabe lembrar as duas guerras ocorridas entre 1838-1840 e 1878-1881, quando tropas da Inglaterra buscaram a conquista do país, tendo, no entanto, sido derrotadas por exércitos tribais destemidos e aguerridos. Apesar de suas vitórias nos campos de batalhas, o Afeganistão se tornaria dependente de auxílio financeiro britânico, transformando-se numa espécie de “Estado-tampão” entre a Índia colonizada pelos ingleses e o sul do território imperial russo. Transformar-se-ia também num Estado incapaz de fugir a uma condição tribal e modernizar-se, sendo constantemente levado a situações de instabilidade política e ficando à mercê da influência geopolítica e econômica de vizinhos como o Paquistão e o Irã, assim como de potências estrangeiras, a exemplo da Grã-Bretanha, da ex-URSS e dos EUA (Kleveman, 2003; e, Meyer, 2003).

Quanto ao norte do Cáucaso, a conquista dessas regiões montanhosas só se efetivaram após longa e brutal guerra-de-guerrilha travada de 1820 a 1859 contra o Exército russo pelos homens do Imã Shamil, conhecido então como o “Leão do Daguestão”. Shamil queria impedir a construção pelos russos de novas estradas que cruzariam a Chechênia e o Daguestão em direção ao Mar Cáspio e à Ásia Central, passando pelos reinos cristãos da Armênia e da Geórgia, aliados naturais de Moscou àquela época.

Nesse contexto, autoridades russas fundaram, inclusive, em localização estratégica a cidade fortificada de Grosny (“Grosny” em russo significa terrível, sendo, portanto, uma homenagem a Ivan IV), a atual capital da Chechênia. Ao declarar vitória russa sobre os “montanheses”, como eram chamados os homens do Imã Shamil, o General e Grão-Duque Mikhail Nikolaevich (Meyer, 2003, p.147) afirmaria:

“It was necessary to exterminate half of the Mountaneers to compel the other half to lay down its arms.”

Durante a II Guerra Mundial, entre os dias 24 e 28 de fevereiro de 1944, seria a vez do Estado soviético, a exemplo da Rússia Czarista, demonstrar sua brutalidade contra essas mesmas populações islâmicas. Temendo uma aliança entre elas e a Alemanha nazista, que buscava ter de vias de acesso pelo Cáucaso à grande produção de petróleo do Mar Cáspio sediada na cidade de Baku, o camarada Stálin, com o emprego de 119.000 agentes da polícia secreta (NKVD), patrocinaria durante o rigoroso inverno russo a deportação para as estepes do Casaquistão de 521.247 chechenos e ingushétios em 194 comboios de 64 caminhões cada. A Chechênia havia deixado de existir. Nos quatro anos seguintes, cerca da metade dos deportados havia perecido em campos de concentração. Somente em 1953, com a ascensão de Krushev, os chechenos e outras etnias caucasianas teriam a permissão de retorno às respectivas regiões de origem.

Del Valle (2003) informa que a discriminação contra essas populações continuou mesmo após a permissão de retorno. Com o fim da URSS, essas populações mergulharam na pobreza, sendo, contudo, amparadas por uma rede islâmica sunita (wahhabita), patrocinada diretamente por membros da Casa Real saudita, relacionados nos bastidores do poder à criação da “Al-Qaeda” de Osama Bin Laden.

Voltando ao “Novo Grande Jogo”, vale observar que, para que todos os recursos energéticos da Ásia Central sejam aproveitados, fazem-se necessários investimentos diversos em logística, entre os quais a construção de oleodutos e gasodutos entre o interior da Ásia e portos no Oceano Índico e nos Mares Cáspio e Mediterrâneo. A perspectiva de construção dessa infra-estrutura, todavia, é acompanhada de grande tensão internacional, devido ao fato de que, por onde passarem, esses dutos pagarão “royalties” e outros direitos ou impostos a Estados - e mesmo “pedágio” ou qualquer outra forma de extorsão por máfias e/ou redes diversas. Alguns portos podem ganhar grande movimento, enquanto outros receberão poucas embarcações num mesmo ano.

A posição da Chechênia no “Novo Grande Jogo” passa por essa questão. Desde os tempos da ex-URSS, o seu território, mais precisamente a sua capital Grosny, é o nó que amarra toda uma rede de gasodutos e oleodutos que vêm do Mar Cáspio e do interior da Ásia em direção ao litoral do Mar Negro. Para o Estado russo, que tem o petróleo e o gás natural como responsáveis por 60% de seu PIB, o controle desses dutos e do porto profundo de Novorossisk (no Mar Negro) representa mais recursos para o seu tesouro e a possibilidade de manutenção de sua influência sobre as ex-repúblicas soviéticas muçulmanas. Talvez por isso, depois de ter aceitado a independência da Chechênia, logo após a desintegração do Estado soviético, em 1991, Moscou iniciasse duas guerras contra os chechenos, reincorporando-os à Federação Russa, em 1999.

Outros conflitos ao sul do Cáucaso são importantes para a sua eventual estabilização, quais sejam:

- a - o enclave armênio de Nagorno-Karabakh em território do Azerbaijão. A autonomia do enclave cristão-ortodoxo em meio ao território azeri, de maioria xiita, é mantida pela presença militar de Moscou através de bases existentes, desde os tempos soviéticos. Para contrabalançar a aliança entre armênios e russos, os azeris tiveram êxito em se aliar à OTAN, que veio a implantar uma base militar país;
- b - e, a região separatista da Abkhazia no litoral noroeste da Geórgia, no Mar Negro. Os russos têm forte influência sobre os grupos em armas contra Tbilisi. Tropas de paz da ONU tentam estabilizar a área. Houve outra região no sudoeste do mesmo litoral a demandar mais autonomia em relação ao governo da Geórgia: a Adjária. Esta, porém, foi pacificada recentemente. Tendo em vista a presença militar russa em seu território, a Geórgia em sua luta histórica por autonomia em relação à Moscou permitiu à OTAN a construção de base militar e treinamento de suas forças armadas. Para os EUA, a aliança com Tbilisi é crucial, para que se efetive a construção de um novo oleoduto entre Baku, capital do também aliado Azerbaijão, e o porto profundo de Ceyhan, no litoral turco do Mediterrâneo. O projeto do oleoduto cruza o território da Geórgia e evita o Mar Negro, aonde a presença naval russa é inquestionável. Se depender de Moscou, esse projeto não se concluirá. Para isso, a crise constante do Estado georgiano, mesmo agora aliado à OTAN, não é um fato que colida com seus interesses estratégicos no Cáucaso e na geopolítica do petróleo e do gás natural na Ásia Central..

Del Valle (2003) sustenta que a União Européia, mais precisamente o eixo Paris-Berlim, tem interesse, em que o petróleo do Cáucaso e do Cáspio cheguem ao Velho Continente pelo Mar Negro. Barcaças transportariam o óleo pelo Rio Danúbio, cuja

bacia nos anos 1990 foi interligada por eclusas à do Reno. Isso evitaria o cruzamento de navios petroleiros pelos Estreitos de Bósforo e Dardanelos, controlado pela Turquia, aliada dos EUA. Ancara pode limitar o número de navios trafegando por aqueles estreitos, tendo em vista legislação internacional sobre os riscos de acidentes com as cargas de petroleiros. Se a União Européia depende da Turquia para o abastecimento de óleo proveniente da extinta URSS, depende em última instância da OTAN e, assim, dos EUA.

O mesmo autor sustenta a tese de que a desintegração da Iugoslávia teria sido incentivada pelos norte-americanos, através dos bombardeios da OTAN a posições sérvias e do retorno da influência dos turcos sobre populações muçulmanas da Europa Central, para enfraquecer os interesses que podem dar unidade a um eixo potencial de poder geopolítico, ligando Paris-Berlim-Moscou. Numa concepção que valoriza questões civilizacionais, a concretização desse eixo poderia significar a junção de dois ramos da cristandade, o católico-protestante do Oeste Europeu e o ortodoxo russo. Em termos geoeconômicos, estaria assegurada à União Européia o seu abastecimento energético e aos russos a possibilidade de investimentos que colocariam setores estratégicos de sua estrutura produtiva na III Revolução Industrial (1960/70*).

Estrategistas dos EUA e da Grã-Bretanha, o ramo anglo-saxônico daquilo que se define como o Ocidente, avaliam que a eventual efetivação do eixo Paris-Berlim-Moscou no século XXI representaria o potencial desenvolvimento de um adversário à altura a disputar a liderança da nova ordem internacional. De uma certa forma, seria uma reedição do jogo geopolítico das primeiras décadas do século XX, marcado, entre outros aspectos, pelo trabalho da diplomacia britânica, visando a impedir que os Impérios Alemão e Russo estruturassem alianças e formassem um admirável eixo: a economia mais dinâmica da Europa com o exército mais profissionalizado associada a um Estado de base territorial eurasiática com o maior exército de então. Com a contribuição da forte influência francesa na Corte imperial russa, os britânicos tiveram êxito em impedir a aliança entre o Kaiser e o Csar, e, em decorrência, houve a formação da “Tríplice Entente”, em 1907.

Cabe lembrar que o objetivo geopolítico de impedir alianças entre alemães e russos havia sido defendido com clareza em 1904 pelo geógrafo Halford J. Mackinder, com a publicação da obra *“O Pivô Geográfico da História”*. Nesta e em publicações posteriores, Mackinder argumentava que, com o desenvolvimento dos transportes terrestres durante o século XIX (a ferrovia, os automóveis e caminhões) e depois dos aeroplanos, houvera uma mudança na natureza do poder internacional. O rápido deslocamento de tropas e suprimentos pelo território havia colocado em segundo plano o poder marítimo que fundamentara a hegemonia britânica durante o século XIX. A territorialidade teria superado em importância estratégica a maritimidade. Tendo a Rússia, desde Ivan IV (1533-1584), conquistado a Sibéria, a Tartária, o Cáucaso, a Ásia Central e decidido construir a Ferrovia Transiberiana (Moscou-Vladivostok) em 1891, isto a transformara de fato numa das potências mundiais do século que então se iniciava. Os franco-britânicos não podiam permitir que a Alemanha - que projetava bloquear o poder naval britânico com a força de seus submarinos - se utilizasse da Rússia para ter acesso ao que Mackinder classificava como “área-pivô” ou “heartland”, isto é, à Ásia Central, grosso modo. O domínio do “coração continental” permitiria a supremacia sobre o “crescente marginal ou interior (um arco em meia-lua abrangendo a Alemanha, a Áustria, a Turquia, a Índia e a China). Daí, o domínio se estenderia a um “crescente exterior” ou insular (também em meia-lua, compreendendo o Reino Unido, a África do Sul, Austrália, EUA, Canadá e Japão). Do “crescente insular”, controlar-se-iam as demais terras emersas e os oceanos. A esse respeito, Reis (2004) acrescenta:

“Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Mackinder continuou a considerar a Rússia como o pivô do mundo, chamando-a de ‘Heartland’. As idéias geoestratégicas de Mackinder resumem-se nesta sintética afirmação feita durante os trabalhos da Conferência de Paz em 1919: ‘Enquanto os nossos estadistas estão em conversação com o inimigo derrotado, algum querubim alado deveria sussurrar-lhes de tempos em tempos: quem dominar a Europa Oriental controlará o coração continental; quem dominar o coração continental controlará a ilha mundial; quem dominar a ilha mundial controlará o mundo.’”

Na Guerra Fria, a geopolítica de Mackinder seria atualizada pela obra de Nicholas J. Spykman.. Este último considerava que, para impedir que a URSS estendesse seu poder sobre o mundo, à medida em que ela controlava o “heartland”, seria necessário que os EUA valorizassem estrategicamente o “rimland”, arco correspondente ao “crescente insular” ou “ilha mundial”. Em sua interpretação, a história eurasiática seria caracterizada por disputas entre quem domina o “heartland” e as forças do “rimland” e entre as próprias forças internas a ele. Se os EUA pretendiam superar a URSS, seria preciso primeiro controlar o “rimland”, impedindo que outras forças o fizessem primeiro.

Del Valle (2003) sustenta, com isso, que a política externa norte-americana visava entre 1945 e 1991, antes de tudo, a impedir que as potências européias do “rimland” se unissem e exercessem por sua própria conta a pressão sobre o “heartland”, deixando de ser clientes do poderio norte-americano. Com a desintegração da URSS, os norte-americanos não mudaram essa perspectiva quanto ao “rimland”, mas, aproveitando-se da conjuntura posterior aos atentados de 11 de setembro de 2001, tiveram êxito em fincar bases militares suas ou da OTAN no interior da Ásia Central, isto é, no “heartland”, além da influência econômica junto aos novos Estados da região decorrente de investimentos em petróleo e gás natural de grandes corporações como a Exxon ou a Halliburton.

181

Considerações Finais

A importância do Brasil no cenário energético internacional – marcado pela perspectiva de elevação de riscos à segurança no abastecimento de petróleo e gás natural – se tornou relativamente maior nos últimos anos, em razão do potencial de crescimento da produção de petróleo, gás natural e ainda de biocombustíveis (sem contar o potencial nos campos das energias hidrelétrica, nuclear e de fontes alternativas). O Estado brasileiro, reconhecendo suas potencialidades e limitações estratégicas diante de vetores geopolíticos atuais, alguns dos quais rapidamente analisados ao longo do presente artigo, deve planejar a adoção de medidas que ampliem a eficiência de sua participação estratégica no setor de petróleo e gás natural, a exemplo da redução de custos diversos que interferem na atração de investimentos estrangeiros – especialmente aqueles feitos em parceria com a Petrobrás e com as empresas privadas nacionais que passaram a atuar no setor, após 1997. Isso pressupõe o desenvolvimento de tecnologias e o contínuo aperfeiçoamento de marcos regulatórios, com a consequente consolidação de um ambiente de segurança jurídica.

Ao mesmo tempo, também é útil considerar o fato de que a história da indústria do petróleo e do gás natural é marcada, desde as primeiras décadas do século XX, por conflitos, guerras e tensões diversas, em que os protagonistas são as grandes potências econômicas e militares, de um lado, e nações periféricas, de outro. Trata-se de uma

concepção realista das relações internacionais e não um exercício de especulação fútil sobre teorias conspiratórias, ainda mais quando são divulgadas informações promissoras sobre grandes reservas de hidrocarbonetos na Bacia de Santos: o país poderá se transformar, inclusive, em exportador de petróleo, gás natural e derivados (com uma produção estimada para 2020 de 5,7 milhões bbl por dia).

Em outros termos, numa conjuntura de elevação da volatilidade das cotações das “commodities” energéticas e de propagação de uma percepção de insegurança no abastecimento de energia em todo o mundo, o Brasil deverá assumir posições mais destacadas no cenário geopolítico internacional, o que, todavia, não significa o abandono dos tradicionais postulados da política externa brasileira, pautada na defesa da cooperação e da paz entre as nações. Pelo contrário, significa o seu reforço.

Referências Bibliográficas

Armitage, R. L.. “The New Geopolitics.” In: Bloomfield Jr., L. P. “Global Markets and National Interests: the new geopolitics of energy, capital, and information.” Washington (D.C.): Center for Strategic and International Studies, 2002. p. 3-9.

Armitage, R. L., Boomfield Jr., L. P. e Kelly, J. A.. “Preserving U.S. and Allied interests in a New Era: toward a national strategy.” In: Bloomfield Jr., L. P. “Global Markets and National Interests: the new geopolitics of energy, capital, and information.” Washington (D.C.): Center for Strategic and International Studies, 2002. p. 203-236.

Del Valle, A.. “Guerras contra a Europa.” Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

182

Economides, M. e Oligney, R.. “The Color of Oil.” Katy, Texas: Round Oak Publishing Company, 2000.

Fiori, J. L.. “Formação, Expansão e Limites do Poder Global.” In: Fiori, J.L.. “O Poder Americano.” Petrópolis: Vozes, 2004.

Kleveman, L.. “The New Great Game: blood and oil in Central Asia.” New York: Atlantic Monthly Press, 2003.

Mann, C.. “Oil in the New Global Economy: international capital market integration and the economic effects of oil price extremes.” In: Bloomfield Jr., L. P. “Global Markets and National Interests: the new geopolitics of energy, capital, and information.” Washington (D.C.): Center for Strategic and International Studies, 2002. p. 3-9.

Meyer, K. E.. “The Dust of Empire: the race for mastery in the Asian Heartland.” New York: A Century Foundation Book, 2003.

Reis, R.. “Mackinder(Escola Geopolítica de)” In: Teixeira da Silva, F.C. (Org.) et al.. “Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX. As grandes transformações do mundo contemporâneo: conflitos, cultura e comportamento.” Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004. p.529-530.

Reis, R.. “Spykman (Escola Geopolítica de)” In: Teixeira da Silva, F.C. (Org.) et al.. “Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX. As grandes transformações do mundo contemporâneo: conflitos, cultura e comportamento.” Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004. p.854-855.

Rifkin, J.. “A Era do Hidrogênio.” São Paulo: Makron Books, 2004.

Teixeira da Silva, F.C. (Org.) et al.. “Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX. As grandes transformações do mundo contemporâneo: conflitos, cultura e comportamento.” Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.